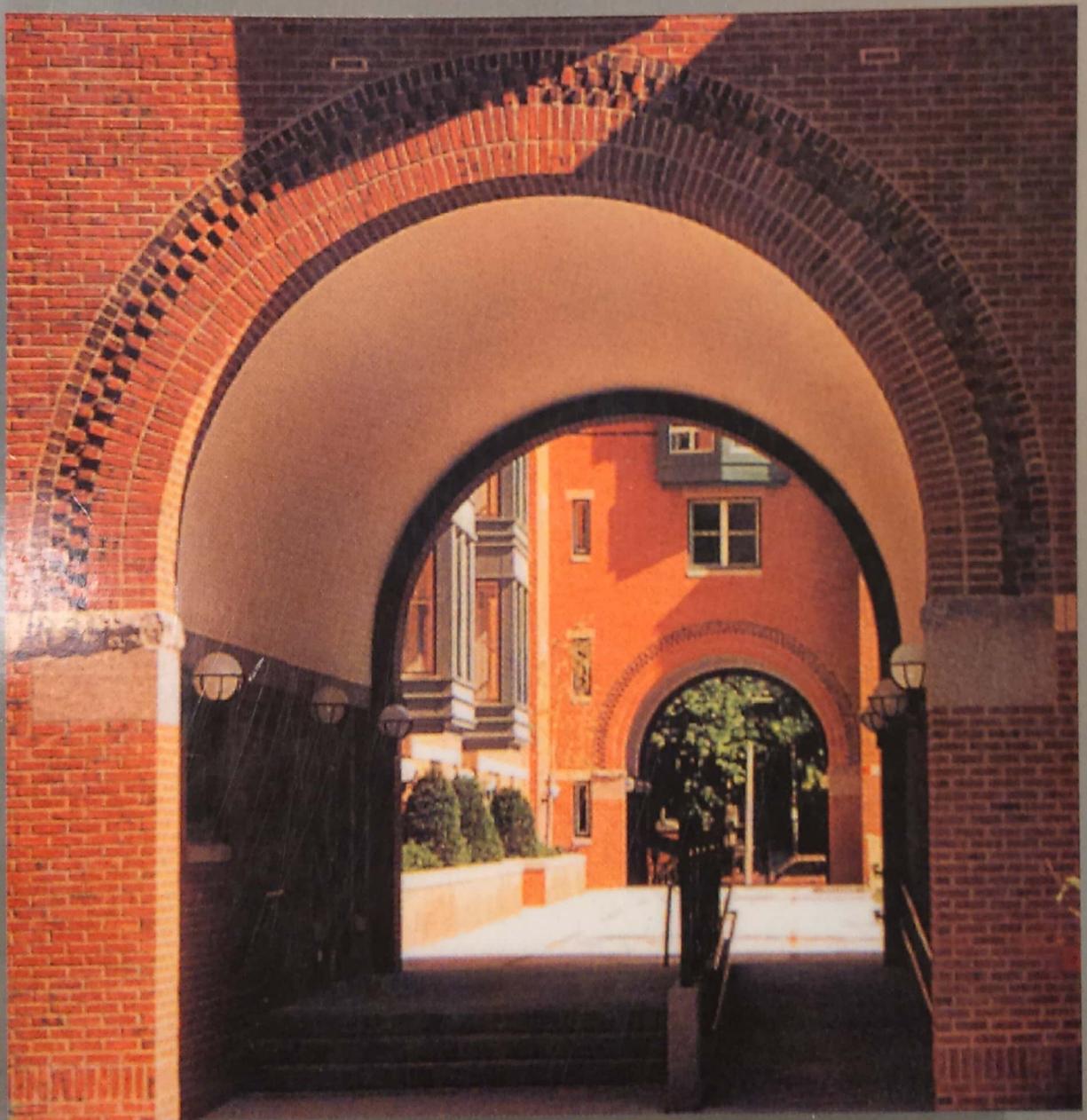


& Arquitetura
Urbanismo

Kevin Lynch

A BOA FORMA DA CIDADE



edições 70

Tendo sugerido algumas belas palavras será que as podemos aplicar a problemas práticos? Será que elas nos ajudam a compreender, um pouco melhor, algumas das controvérsias que ainda subsistem acerca da forma urbana? Algumas questões importantes têm-se revelado absorventes nestes debates. Algumas delas são reincidentes, outras são emergentes, outras estão a desaparecer e outras ainda já desapareceram e estão novamente a surgir. Provavelmente deve haver muitas mais prestes a surgir.

A primeira de todas essas questões foi a da dimensão de uma cidade. A insuficiência dos aglomerados populacionais muito pequenos e a opressão e confusão dos aglomerados demasiado grandes, assim como a angústia do crescimento e do declínio, conduziram à ideia de que uma cidade, tal como um organismo, deve ter uma dimensão adequada, na qual o seu crescimento se deve estabilizar. Esta ideia remonta à história do pensamento. Platão propôs que uma boa cidade deveria ter uma população de 5040* proprietários de terras ou cidadãos, um número que seria mantido através da emigração e através de regras de sucessão. Platão não conseguiu explicar por que razão era este número em particular o número correcto, mas podemos supor que ele considerava que um número factorial era o ideal porque podia ser dividido de modo flexível em vários grupos iguais (e talvez também por razões matemáticas mais místicas) e que o factorial 6 (ou 720) era, na sua opinião, demasiado pequeno, ao passo que o factorial 8 (ou 40 320) era demasiado grande. Aristóteles, em *A Política*, foi mais cauteloso ao dizer que "dez pessoas não constituem uma cidade, que com cem mil pessoas já deixa de ser uma cidade". Uma cidade devia ser suficientemente grande para ser "auto-suficiente de modo a poder viver-se uma vida boa como comunidade política", mas não tão grande ao ponto de os cidadãos perderem o contacto pessoal uns com os outros, já que "para decidir sobre questões de justiça e distribuir os cargos de acordo com o mérito, é necessário que os cidadãos conheçam o carácter pessoal de cada um". A população total de Atenas, na época de Aristóteles, devia ascender a cerca de 250 000 pessoas, entre homens livres e escravos, dos quais talvez 40 000 fossem cidadãos. Mas a maioria das cidades-estado gregas tinham 10 000 habitantes, ou menos.

Existe uma vasta literatura sobre a questão da dimensão da cidade. Parece ter sido um assunto de enorme interesse para a geração anterior à nossa, mas recentemente esse interesse

* 5040 é o factorial 7, que é $1 \times 2 \times 3 \times 4 \times 5 \times 6 \times 7$.

intensificou-se mais uma vez. A nossa ansiedade acerca desta questão é recorrente. A dimensão normalmente considerada ideal progrediu desde as 5 040 a 20 000 pessoas de Aristóteles, e tem vindo progressivamente a aumentar, situando-se actualmente entre as 250 000 e as 500 000 pessoas. As tentativas de agir em função desta crença numa dimensão ideal remontam às tentativas fúteis de travar o crescimento da cidade de Londres durante a época isabelina, que teve como consequência o aumento do preço das habitações e proporcionou boas oportunidades para a corrupção. A redução ou a estabilização da dimensão da cidade é actualmente um lugar-comum da política nacional em quase toda a Europa e nos países socialistas, e é pelo menos uma questão de fé em grande parte do resto do mundo.

Até há pouco tempo, a maior parte dos esforços para fazer parar o crescimento das maiores cidades conseguiram alcançar poucos resultados, nomeadamente um conhecido programa em Inglaterra e as medidas mais severas adoptadas na U.R.S.S. No entanto, parece que mais recentemente as fortes medidas adoptadas em Cuba, no Vietname e na China – que em diferentes graus incluíram uma aplicação do racionamento dos alimentos em cada localidade, o desvio de investimentos para o campo e a emigração induzida ou forçada de estudantes e de adultos da cidade – começaram finalmente a travar o crescimento das grandes áreas urbanas. Actualmente, sob um novo regime, as repercussões insatisfatórias dessa emigração involuntária chinesa para o campo está novamente a vir ao de cima nas grandes cidades. A política anti-urbana do recentemente derrotado governo do Camboja tem sido ainda mais dura, provocando o despovoamento virtual de Phnum Pénh e a destruição de todos os seus serviços e equipamentos públicos. Entretanto, nos países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, surgem provas de que a maré assumiu a sua própria orientação e de que as maiores cidades e áreas metropolitanas estão a perder população.*

O conceito de uma dimensão limite é, evidentemente, um componente integrante do modelo orgânico. Os argumentos a favor de uma dimensão ideal baseiam-se nos seus efeitos sobre as relações sociais, sobre o controlo político e social, sobre a vitalidade do ambiente por causa da poluição acumulada, sobre os níveis toleráveis de estímulos sociais e perceptuais, sobre o tempo de viagem, sobre a produção económica e sobre os custos de manutenção das cidades com dimensões diferentes. Na sua maioria, são modos diferentes de expor as nossas dimensões anteriormente definidas. Mas, apesar de haver muita literatura deste género, ela não possui grandes provas. A maior densidade de informações está no trabalho recente de Irving Hoch, da Real Estate Research Corporation e de P. A. Stone, na Grã-Bretanha.

* Ou será possível que as nossas regiões urbanas se estejam a tornar

tão vastas que ultrapassam as nossas divisões dos censos?

Pinchemel
Richardson 1973

Stone

Em resumo, há provas de que alguns tipos de poluição do ar (um aspecto da vitalidade) estão positivamente correlacionados com a dimensão da cidade, do mesmo modo que o tempo de percurso até ao local de trabalho (um componente do acesso). Por outro lado, grande parte dos factores quantificáveis não demonstra qualquer correlação, ou pelo menos a sua ligação é duvidosa. Além disso, os rendimentos reais e a produtividade são maiores nas grandes cidades. Como tal, a maioria dos economistas conclui que as grandes cidades são economicamente mais eficazes do que as mais pequenas, ainda que sejam talvez menos agradáveis para as pessoas viverem nelas. Este factor negativo é compensado por salários reais mais elevados e, por isso, as pessoas preferem viver em locais maiores. Não se conseguem discernir, na dimensão da cidade, factores limitadores significativos. As políticas públicas para limitar a dimensão da cidade envolvem custos invisíveis e devem ser evitadas.

Estas conclusões reflectem a perspectiva normal do economista: uma ênfase nos factores quantificáveis que podem ser convertidos num índice comum (\$), o uso dos conceitos de equilíbrio e de escolha consciente num mercado perfeito, a ideia de que uma cidade é como uma empresa em competição com outras cidades, etc. Dá-se pouca atenção a quem paga e a quem beneficia nas grandes cidades (justiça), à verdadeira liberdade de escolha do local e aos valores sociais e pessoais que não podem ser convertidos em dinheiro (a sensibilidade, só para dar um exemplo). É irónico que estes ataques sobre a teoria da dimensão da cidade se desenvolvam à medida que a teoria se transforma em base de apoio da política na maioria das outras nações, precisamente numa altura em que surgem tendências que demonstram algum afastamento das pessoas relativamente às grandes cidades no nosso próprio país.

Infelizmente, as provas de que existe uma dimensão ideal para a cidade são, de facto, muito poucas. Será que esta importante questão é, afinal e depois de todo o nosso trabalho mental, uma questão vazia de conteúdo? Muitos dos efeitos que atribuímos à dimensão da cidade, tais como o congestionamento, associam-se mais correctamente à densidade geral de uma cidade e particularmente à densidade dos seus centros de emprego, numa altura em que muitas pessoas têm que convergir para uma área relativamente pequena em cada dia de trabalho. Não é obrigatório que o congestionamento surja em cidades extensas, de densidade baixa e com vários núcleos, mesmo que sejam extremamente grandes.

Há algumas modificações relativamente a essa questão que lhe podem conferir mais substância. Em primeiro lugar, é evidente que qualquer cidade pode ter uma dimensão ideal – baseada na sua geografia, cultura, economia, sistema político, modo de vida, etc. – mesmo que não exista um ideal

generalizado. Ou pode aplicar-se um mesmo ideal a todas as cidades no seio de uma cultura forte e homogénea. Mas esta possibilidade ainda terá que ser demonstrada, excepto no caso de restrições tão graves como as que podem ser impostas por um local muito limitado. Se estes ideais diferentes forem incluídos numa teoria geral terão de ser associados a um método geral para se obter um ideal particular. Até hoje ainda ninguém propôs esse método.

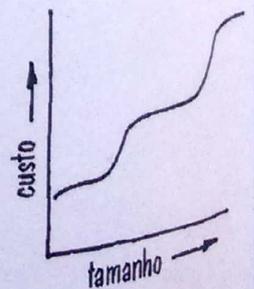
Uma posição intermédia, e que se aproxima bastante mais do padrão dos verdadeiros aglomerados populacionais, está em no reconhecimento de que, apesar de não existir um ideal único, existe um sistema de aglomerados populacionais preferidos, constituído por uma série de locais cujas dimensões estão distribuídas de modo ideal. A teoria do local central, na sua investigação acerca do modo como os locais de mercado de diferentes dimensões devem estar distribuídos numa região uniforme, atingiu essa classificação hierárquica. As aproximações a esta classificação podem ser encontradas em casos reais onde as condições são relativamente equilibradas e estáveis. Como tal, este é o padrão certo. Deveria existir, como aspecto da política. Colocamos um pouco em causa o salto entre o existe e o devia existir, e se a eficiência do marketing (tendo em conta uma longa lista de igualdades e pressupostos) devia ser a regra fundamental na forma da cidade.

É muito provável que se algum dia se vier a encontrar uma base para a dimensão ideal, ela surja sob a forma de um conjunto de dimensões para diferentes funções e especialmente para as diferentes preferências dos residentes, através de dimensões como a identidade, o acesso e o controlo. Mas parece menos provável que se consiga desenvolver esta base através de uma única série determinada, ou mesmo que se consiga avançar grandemente com a determinação de uma série, até que seja possível avançar na interligação entre a dimensão e as dimensões de valor em determinado tipo de cidades.

Existe ainda a possibilidade de não haver nenhuma dimensão ideal, até mesmo para uma só cidade, mas antes uma série de patamares nos quais se encontram alguns dos benefícios e dos custos mais significativos (particularmente custos), à medida que o crescimento ultrapassa os limites impostos. Estes custos estabilizam à medida que o crescimento aumenta em direcção ao próximo patamar de dimensão. Em determinada altura, por exemplo, será necessária uma nova e dispendiosa estação de tratamento de esgotos para preservar um habitat vital e essa adequação deverá então ser preservada através de um ciclo completo de crescimento. Conhecendo estes patamares, a política deve tentar manter-se imediatamente abaixo deles, ou, se o crescimento não puder ser limitado, passar por cima deles rapidamente e com uma larga margem.

Esta atitude parece intuitivamente sensata. Quando os aglomerados populacionais são pequenos relativamente à dimensão das obras públicas necessárias para o seu

Berry 1970
Christaller

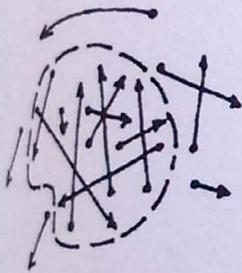


desenvolvimento, e quando as obras necessárias são poucas ou tendem a ter patamares semelhantes, parece sensato analisar a situação como base para uma política pública. Mas quando o aglomerado populacional é grande e complexo, é provável que os custos dos patamares dos diferentes serviços e organismos necessários se sobreponham a tal ponto que não deixa de ser possível encontrar-se um padrão gradual claro. Baseámos com demasiada frequência a política sobre a forma da cidade em factores isolados quando estava em jogo um conjunto de factores bastante mais complexo: utilizámos a dimensão preferida de uma sala de aula para determinar a população adequada para um bairro e os índices relativos ao valor dos terrenos para determinar a "maior e melhor" localização das actividades. Só nos aglomerados populacionais mais pequenos é que se considera razoável procurar uma coincidência nos patamares. Mas a ideia aponta efectivamente para a possibilidade mais geral de a taxa de mudança na dimensão poder ser mais importante do que a própria dimensão.

Para além disso, existe alguma confusão acerca do modo como deve ser medida a dimensão. Existe um consenso generalizado que aponta para o facto de a variável fundamental ser a quantidade de pessoas residentes, em vez de, por exemplo, o número de trabalhadores, ou a extensão geográfica do aglomerado populacional, ou os metros quadrados de superfície, ou o volume de produção em termos monetários. Mas os residentes de que unidade? Será que estamos a falar, por exemplo, da região onde as pessoas mudam de transporte, de uma área no interior da qual não pode ser definida nenhuma fronteira mais pequena que não seja atravessada por um número significativo de pessoas que viajam diariamente para o trabalho? Se assim é, estas regiões são bastante extensas nos países desenvolvidos e estão lentamente a aumentar, ao ponto de escaparem às definições convencionais de região metropolitana (de facto, esta ruptura na definição pode explicar algumas das aparentes perdas mais recentes de população nestas regiões). Uma vez que tanto a diversidade como o nível de acesso parecem aumentar à medida que a população aumenta na região onde se verifica a mudança de transportes, deveria haver vantagens nas dimensões maiores, por razões de produtividade económica e de satisfação pessoal. A sustentação poderia ser mais segura. A adaptabilidade também deveria ser melhorada, uma vez que haveria mais localizações alternativas, mais empregos, mais bases de produção, mais fontes de serviços, etc. Não há razões evidentes para um aumento dos custos em níveis semelhantes de serviços, nem para uma menor adequação a um comportamento desejável*.

* Reparem que estou aqui a especular somente acerca da dimensão em densidades comparáveis e com diferentes actividades. Densidades

elevadas ou segregações exactas das actividades devem ter efeitos muito próprios.



Apesar dos nossos mais profundos receios acerca das cidades "intermináveis", não existe necessariamente uma razão que indique os sentidos têm de sofrer numa vasta área de mudança de transportes. Esta região poderia (pelo menos em teoria) ser tão diversa, tão satisfatória e ter tanto significado como (e não ser mais "sufocante" do que) uma vasta área agrícola ou uma extensa área selvagem.

Verificam-se problemas graves de controlo político à medida que a dimensão aumenta e é possível (mas não inevitável) que determinados géneros de poluição do ar e da água sejam mais difíceis de controlar. É provável que haja uma maior dependência de novas fontes de energia e materiais, e um problema ainda maior de eliminação dos resíduos. Mas nada disto parece ser, à primeira vista, impossível de resolver (excepto talvez a questão política anteriormente mencionada). Tal como muitos outros efeitos, estes problemas podem estar mais intimamente relacionados com a densidade do que com a dimensão em si mesma.

A probabilidade de encontrarmos uma dimensão ideal para uma região de mudança de transportes parece longínqua. Além disso, à medida que as comunicações melhoram, mais e mais pessoas podem trabalhar em casa, pelo menos durante uma parte da semana e, ainda assim, continuarem a ser membros activos de sistemas produtivos em larga escala. Se assim for, o importante espaço de vida torna-se um espaço de comunicações, em vez de uma região de mudança de transportes – ou seja, uma região no interior da qual qualquer tipo de fronteira, por mais pequena que fosse, serviria para interromper um fluxo significativo de mensagens diárias. Nesta altura, a questão da dimensão regional parece dissolver-se perante os nossos olhos. À medida que as cidades se tornam cada vez menos tangíveis, objectos delimitados, a velha charada já não pode ser colocada e muito menos resolvida.

Mas há agrupamentos mais pequenos cuja dimensão pode ser analisada para se encontrar o valor ideal. São as regiões dos serviços com vários organismos, importantes para o acesso, e com vários níveis de unidades políticas, cruciais para o controlo. De facto, é provavelmente esta última dimensão que a maior parte das pessoas tem em mente quando diz que detestam a grande cidade porque é "incontrolável", e o motivo para que as sondagens de opinião nos Estados Unidos, revelem normalmente uma preferência acentuada pela vida nos subúrbios e nas pequenas cidades*. É nas unidades governamentais de 20 000-40 000 pessoas que os cidadãos comuns se podem tornar activos na política quando assim o desejam, se sentem ligados a uma comunidade política identificável e sentem que exercem algum controlo sobre as

* Se as pessoas estiverem a uma distância razoável de algum grande centro urbano – ninguém se mostra

disposto a abdicar dos modernos padrões de acesso!

questões públicas, por muito limitadas que sejam as medidas nas decisões regionais, nacionais e empresariais das pequenas cidades. Os requisitos que Aristóteles tinha em mente quando falava acerca da dimensão da cidade eram precisamente os de ordem política. Em qualquer economia política pode haver dimensões ideais para as unidades políticas, que vão desde as regiões até às cidades, passando pelas localidades. Mas estas considerações referem-se mais à organização política do que à organização espacial, excepto no facto de a estrutura política poder ser reforçada ao proporcionar uma identidade legível e no modo como se distribuem os serviços localizados. A escala dos aglomerados populacionais interdependentes é hoje em dia extremamente vasta e exige uma unidade política a nível regional, de modo a gerir os recursos espaciais necessários aos sistemas regionais. Como tal, podemos querer fortalecer a administração regional e as "cidades" pequenas e autónomas no interior de uma única região urbana, ao mesmo tempo que dissolvemos a "grande cidade" que se encontra entre as duas na escala. Além disso, na procura de um melhor controlo, podemos colocar a hipótese de devolver algumas funções políticas simples às pequenas regiões administrativas locais, tal como veremos mais adiante*.

A questão da dimensão física pode, de facto, ser significativa e até mesmo generalizável, à escala da unidade local, na qual as pessoas se conhecem pessoalmente porque residem na proximidade umas das outras e onde a dimensão – para além de outras características, tais como a homogeneidade social, o padrão das ruas, a identidade das fronteiras e os serviços comuns – pode desempenhar um papel fulcral na promoção do controlo, da adequação actual e da sensibilidade. Os bairros deste género provavelmente não têm mais de cem habitações, no máximo, e é até muito provável que tenham entre quinze e trinta habitações. São bastante mais pequenos do que o "bairro" que, na doutrina clássica do planeamento, deve ter uma dimensão adequada à de uma escola primária.

Esta ideia de um bairro urbano tem passado por períodos altos e baixos. No primeiro quarto deste século, era uma unidade de análise social usada pelos pioneiros da sociologia urbana. Desenvolveu-se então a ideia de que o bairro era a base territorial adequada de um grupo socialmente apoiado, no seio do qual haveria muitos compromissos pessoais. Os teóricos do planeamento, encorajados pelos seus modelos orgânicos,

* Surge aqui uma outra questão. Estamos habituados a um mundo em que o governo é sempre uma unidade territorial, excepto no que diz respeito a algumas autoridades criadas com fins específicos, ao passo que os centros de poder privados são muitas vezes definidos em termos de funcionalidade e não em termos de

espaço. Será que esta correspondência entre o poder espacial e público é a melhor maneira de se organizar a administração? Fico satisfeito por passar ao lado desta questão, uma vez que uma nova resposta poderia ter consequências perturbadoras para nós.

pegaram na ideia de bairro como bloco básico de construção de uma cidade. Deveria ser uma unidade espacial definida, livre de todo o tráfego que a intersectasse e tão auto-suficiente nos serviços diários quanto possível. A unidade foi dimensionada à área de captação da escola primária típica e as captações de outros serviços deveriam adaptar-se a este módulo, ou a múltiplos integrantes deste mesmo módulo. Esta ideia ainda é influente na concepção de cidades em todo o mundo. Tem vantagens de simplicidade para a concepção; permite ruas sossegadas; assegura alguma adequação dos serviços às necessidades.

Mais tarde, o pressuposto social desta ideia foi completamente destruído. Não correspondia às condições da maior parte das cidades norte-americanas, onde os contactos sociais podiam estar territorialmente baseados numa escala mais pequena (como um único bloco), mas estavam dispersos por grandes sectores da cidade. Estas relações baseavam-se no parentesco, no trabalho ou em interesses variados, em vez de se basearem no local. Esta dispersão espacial parecia ser verdadeira para todas as pessoas, com excepção de alguns residentes de mais baixos rendimentos dos guetos étnicos. A unidade espacial limitada não se adequava à rede de interacção social. Além disso, quando a ideia de bairro foi implementada, de facto, na concepção da cidade deu origem a uma série de unidades estereotipadas. As áreas de captação de diversos serviços não conseguiam ser facilmente adaptadas a um módulo único e estavam sempre a mudar. As amizades dos adultos não se baseavam no facto de as crianças frequentarem a escola primária e as dimensões administrativamente eficazes destas escolas deformaram o tecido urbano, quando eram consideradas como a medida fundamental. O acesso sofreu.

Logo após a ideia de bairro ter sido completamente demolida aos mais elevados níveis intelectuais* reapareceu com toda a força proveniente de baixo. Várias ameaças às áreas locais existentes – ameaças de renovação urbana, ao autocarro da escola, aos novos transportes expresso, à expansão institucional, ou de invasão étnica – originaram uma vaga de resistência, organizada sobretudo ao nível do bairro. As pessoas demonstraram que, apesar de os seus empregos e mesmo as suas amizades não seguirem as linhas do bairro, podiam mesmo assim unir forças a esse nível quando era necessário defenderem-se. Estas organizações de bairro orientaram-se por questões concretas e mostraram-se resistentes à mudança, em vez de serem geradoras de mudança. Desde então, tornaram-se politicamente activas a níveis mais elevados e mais formais da administração. A política de bairro reapareceu. A noção de bairro demonstrou ser útil como arma de controlo.

Investigações recentes acerca do modo como as pessoas idealizam uma cidade revelam que a designada comunidade local é muitas vezes um elemento importante dessa estrutura mental. O bairro pode não ser essencial para as suas relações sociais, mas é, juntamente com as principais estradas, uma peça fundamental da sua estrutura mental. Desse modo, por ser uma unidade ideal de organização social e organizadora do acesso aos serviços públicos, a noção de bairro torna-se um conceito de controlo e, ainda que isso seja porventura menos importante, um conceito de sensibilidade. Já não é um espaço no qual as pessoas se conhecem umas às outras porque vivem lado a lado, mas um espaço definido por todas as pessoas, a que todas as pessoas dão um nome e no qual as pessoas consideram ser relativamente fácil unirem-se quando as situações se tornam perigosas. Estas comunidades existem nas mentes dos habitantes da cidade e existe muitas vezes um certo consenso acerca dos seus limites e das suas características estereotipadas. Esse consenso é reforçado oralmente e pelos meios de comunicação social. Os organismos públicos da cidade usam-no como base para o estabelecimento de relações a nível local, o que fortalece ainda mais toda a estrutura.

Uma vez que a questão básica é o controlo, a questão para a concepção da cidade é, em primeiro lugar, saber se este tipo de organização comunitária pode, e deve, ser reforçada através da forma espacial e, em segundo lugar, quais são os elementos do aglomerado populacional que poderão ser adequadamente colocados sob controlo comunitário e de que modo é que isso poderá acontecer. Parece evidente que a concepção do aglomerado populacional pode reforçar uma imagem previamente definida da comunidade por meio de separações, da instauração de centros locais, do desvio das principais redes rodoviárias, da exploração das irregularidades do terreno, e de outras diferenciações de carácter físico. Desde que estas compartimentações visuais não bloqueiem os padrões gerais de acesso e não limitem os contactos sociais, ou as áreas dos serviços, aumentam a legibilidade, diminuem o ruído e o perigo da rapidez do trânsito, e aumentam a possibilidade de organização e de controlo locais, sem custos significativos.

Mas se forem impostas barreiras à circulação, ou se as pessoas forem encaminhadas a comprarem em determinado local e a trabalhar num outro, ou a utilizarem determinado serviço, então o acesso e a adaptabilidade entram em declínio. Para além disso, se forem desenvolvidos esforços para aumentar a homogeneidade social de um local, que é muito mais poderosa do que a concepção física como meio de indução de um sentido de comunidade, então surgirão todas as questões que serão debatidas mais adiante, sob o título de "malha". A homogeneidade física e social planeada é certamente defensável ao nível do bairro social mais pequeno e "verdadeiro"*, uma

* Com menos de 100 habitações.

vez que melhora a coesão social, a adequação, o controlo e o sentido, sem prejudicar seriamente o acesso de ninguém. Mas é mais perigosa à escala comunitária. Para além disso, o prazer de viver numa zona identificável com ruas calmas e seguras, com serviços diários facilmente acessíveis e próximos, e na qual as pessoas se podem organizar politicamente quando surge a necessidade de controlo, é seguramente uma característica legítima de um bom aglomerado populacional. Além disso, para alguns grupos etários, sobretudo para os mais novos, a existência de uma comunidade social baseada no local é bastante importante. As áreas residenciais locais identificáveis permitem igualmente a cada indivíduo a participação na melhoria do meio circundante.

A defesa do bairro* vai ainda mais longe. Os defensores dos locais pequenos e da descentralização insistiram no facto de estas divisões administrativas locais terem de ser capazes de controlar o seu próprio espaço residencial e, até certo ponto, a sua própria economia e serviços públicos. Quaisquer tentativas de auto-suficiência em aspectos como a alimentação, a energia e a construção são, sob esse ponto de vista, recomendáveis. As empresas locais deviam oferecer empregos na região e manter os lucros localmente, em vez de os "perderem" para elementos exteriores. Uma sociedade organizada a nível local podia administrar a escola, gerir os espaços abertos e patrulhar as ruas.

Verificam-se duas dificuldades nesta posição. A primeira, é que se opõe ao equilíbrio da actual política económica, nos países capitalistas e nos países socialistas. Nos Estados Unidos, por exemplo, os negócios controlados a nível local e baseados na mão-de-obra, nos recursos e no capital locais, têm dificuldades de sobrevivência, e têm ainda mais dificuldades em igualarem a produtividade das empresas nacionais ou regionais. A auto-suficiência é um sonho do passado. Os grupos em desvantagem, que dependem unicamente da acção comunitária, podem ficar presos às suas próprias dificuldades, destruindo o seu próprio acesso. Acomodam-se simplesmente às zonas mais baixas do poder. Além disso, muitas questões ambientais, tais como a poluição, os transportes, a política de habitação ou as finanças públicas, não podem simplesmente ser resolvidas a este nível. São incongruentes com esta escala. Mas as hortas locais e os abastecimentos locais de energia, a habitação gerida a nível local, os parques locais, os centros de dia locais e as patrulhas de rua de carácter local podem ser úteis e satisfatórios. A confiança e a organização obtidas através do fornecimento de serviços locais pode ser um passo em frente

* Talvez seja melhor utilizar antes uma outra expressão – divisão administrativa local –, reservando "bairro" para aquela área muito pequena na

qual as pessoas se conhecem simplesmente porque vivem na porta ao lado, e "comunidade" para a entidade social coerente.

no sentido de os cidadãos alcançarem o controlo de acontecimentos mais importantes. Deste modo, a administração local pode melhorar a vitalidade e o controlo e ser um caminho para se atingir um melhor controlo a níveis mais importantes. Mas será certamente um erro restringir, ou mesmo concentrar, a estratégia a nível local como chave para a mudança social.

A segunda dificuldade no controlo local é de carácter ético. O controlo dos espaços locais desliza facilmente para a exclusão ou para a expulsão das pessoas indesejáveis. A exclusão pode não ser uma questão muito grave à pequena escala do verdadeiro bairro, mas nos níveis da divisão administrativa local e superiores transforma-se numa privação importante do acesso. O controlo local dos subúrbios, se amplamente exercido, tem como consequência encarcerar os grupos de mais baixos rendimentos na zona interior da cidade, ou afastá-los para alguns sectores de expansão menos favorecidos. Os custos das habitações aumentam neste espaço restrito de manobra. Uma aversão legítima à imposição de longos percursos das crianças até à respectiva escola torna-se uma defesa contra a segregação escolar. A qualidade dos serviços locais deve variar bastante quando não puder ser imposto e sustentado um conjunto global de padrões. Os interesses a curto prazo podem superar os objectivos a longo prazo. Mais uma vez, o controlo local tem de ser restringido a essas funções e definido por limites que impeçam o surgimento destas dificuldades éticas.

Como tal, apesar de o controlo do utilizador ser admirável, o controlo ao nível da divisão administrativa pode não ter, por um lado, a eficácia do controlo regional ou nacional e não alcançar, por outro lado, as satisfações directas e a simplicidade ética do controlo exercido pelos bairros muito pequenos e verdadeiros ou pelas famílias. Apesar de tudo, o controlo limitado da divisão administrativa e sobretudo a existência de uma estrutura de divisão administrativa sobre a qual se possa erguer a organização política, quando for necessária, são duas características importantes de qualquer aglomerado populacional. Áreas comunitárias locais legíveis, ruas sossegadas e serviços locais cómodos têm um valor evidente. Construir conjuntos de habitações pequenos, definidos e homogéneos pode, em alguns casos, apoiar os verdadeiros bairros sociais. O que parece ser inadequado para a nossa sociedade é o conceito da unidade do bairro grande, autónomo, bem definido e rígido, com dimensões normalizadas, ao qual estão ligadas todas as relações físicas e sociais. Numa outra economia – organizada em comunidade e relativamente coerente nos seus valores, onde o pequeno seja realmente belo, o controlo local pode tornar-se uma característica central da concepção do aglomerado populacional.

<<As cidades, tal como os continentes, são simplesmente enormes factos da natureza, aos quais temos de nos adaptar.

Estudamos a sua origem e função, porque esses aspectos são interessantes e também porque se tornam úteis para se fazerem previsões.>>

<<As decisões relativas à política urbana, à distribuição dos recursos, ao local da nova residência ou como construir algo, *devem* servir-se de normas acerca do que é bom e mau. Os valores de curto ou longo alcance, de altruísmo ou de egoísmo, de carácter implícito ou explícito são ingredientes inevitáveis da decisão. Sem um sentido de melhoramento qualquer acção acaba por ser perversa.>>